

Introdução

*“Por que não viver/viver nesse mundo
porque não viver/se não há outro mundo”
(Novos Baianos, *Besta é tu*, 1972)*

Robert Cox formula sua análise da política internacional a partir do método que chama de “estruturas históricas” (Cox, 1981, p.100-101). A estrutura histórica é um modo de representar o que pode ser denominado como totalidades limitadas. Em outras palavras, a estrutura histórica não representa o mundo inteiro, mas uma particular esfera da atividade humana em sua totalidade historicamente localizada. Tal estrutura, apesar de geralmente apresentar uma tendência hegemônica, que lhe confere certa estabilidade, não é, de modo algum, homogênea. Ela carrega em si uma série de contradições internas entre as forças sociais que a constituem. Eventualmente, tais contradições podem aguçar-se a ponto de determinadas forças sociais constituírem uma contra-hegemonia ainda no interior da estrutura histórica em questão, desafiando a configuração de poder estabelecida pela coalizão de forças sociais dominante. Essa contra-hegemonia, caso bem-sucedida, poderia acabar constituindo um novo bloco histórico dentro da estrutura, algo que teria condições de enfrentar e superar a coalizão hegemônica. Tal superação, oriunda da vitória contra-hegemônica, produziria uma transformação de tal envergadura na estrutura histórica a ponto de ela tornar-se irreconhecível. Estaríamos, então, diante de algo novo, uma nova totalidade limitada, uma nova estrutura histórica...

O debate existente na vertente crítica da disciplina de Relações Internacionais sobre permanências e transformações em determinadas estruturas históricas – como o modo de produção capitalista ou o moderno sistema de Estados – tem apresentado uma série de novidades em termos de abordagens e objetos de estudo desde que Cox lançou seu pioneiro artigo em 1981. Tais novidades são bem-vindas, pois reoxigenam a vertente crítica da disciplina, a qual

possui, dentre outras, a importante função de estar sempre apontando para as questões políticas mais prementes de cada conjuntura histórica.

Afinal, o propósito da teoria crítica, salienta Cox (1981), não é apenas compreender e resolver problemas práticos ligados a alguma temática. Trata-se de assumir uma face normativa, cujo objetivo não pode restringir-se a um estudo distanciado da realidade social como se estivéssemos fora dela. Para um teórico crítico, a transformação social é um fim tão importante quanto a compreensão teórica. A realidade social, da qual inextricavelmente fazemos parte, individual e coletivamente, não está aí para ser simplesmente observada. Pelo contrário, como sujeitos históricos, assumimos o dever de criticá-la e transformá-la.

O estudo do neoliberalismo pode ser feito, dentre outras maneiras, tomando-o como uma dessas estruturas históricas a que se refere Cox (1981). Analisando a história do neoliberalismo na Bolívia nas últimas três décadas, confrontamo-nos com um cenário no qual a coalizão de forças sociais dominantes foi desafiada com surpreendente virulência por uma contra-hegemonia, cuja gestação envolveu uma das mais interessantes histórias de lutas sociais dos últimos tempos. No entanto, por mais que existam indícios nessa direção, ainda não está claro se o desafio contra-hegemônico lançado pelos movimentos sociais bolivianos ao neoliberalismo foi capaz de evoluir para a construção de um bloco histórico suficientemente forte a ponto de transformar a estrutura histórica existente. Vale lembrar, ainda seguindo as sugestões teóricas de Cox (1981), que a transformação social estrutural não é o único desfecho possível para situações de desafio contra-hegemônico. A coalizão dominante pode muito bem conseguir conter esta ameaça, derrotá-la ou incorporá-la de modo a despi-la de suas características revolucionárias. Outro desenlace possível é o que Cox – seguindo Gramsci – chama de *revolução passiva*, uma transformação incompleta ou “abortiva” da sociedade, que, mesmo sendo capaz de desestabilizar a configuração hegemônica anterior, não consegue fincar as bases de uma nova hegemonia, de uma nova estrutura histórica.

A presente dissertação visa discutir as dinâmicas sociais que, em um pobre e pouco lembrado país andino, produziram um dos mais veementes ataques ao paradigma neoliberal de que se tem notícia até hoje. Os conflitos envolvendo empresas petroleiras transnacionais, movimentos sociais, partidos políticos e os sucessivos governos bolivianos – assim como Estados estrangeiros – foram

capazes de, em menos de uma década, alavancar processos de privatização e posterior re-nacionalização do setor hidrocarbonífero no país. Tais processos foram constitutivos e alimentaram-se do contexto de implementação de reformas políticas e aparato ideológico de cunho neoliberal na sociedade boliviana. Nas páginas que se seguem, procuraremos revisitar discussões teóricas sobre o significado e a natureza do neoliberalismo para, em seguida, construir uma narrativa histórica que dê conta das implicações político-econômicas, ideológicas, institucionais e culturais que decorreram do choque entre os projetos neoliberais e as resistências que eles suscitarão.

O primeiro capítulo traz uma discussão sobre o conceito de neoliberalismo. Pretende-se esclarecer tanto o uso que será feito desta categoria quanto os modos de sua inserção na problemática que ilumina a dissertação como um todo. O segundo capítulo, de natureza histórica, traça um perfil dos desenvolvimentos político-institucionais e das mudanças econômicas que permearam a História da Bolívia desde o início da década de 1980 – quando da implementação dos primeiros ajustes estruturais de caráter neoliberal no país – até 1997, ano em que se completou o processo de privatização do setor de hidrocarbonetos.

O terceiro capítulo retorna ao início dos anos 1980 a fim de percorrer o mesmo período histórico do capítulo anterior, mas agora sob a ótica da “*História vista debaixo*”, observando a trajetória dos movimentos sociais bolivianos em sua luta contra empresas transnacionais, aparatos de repressão estatal e demais representantes do projeto neoliberal no país. Este capítulo possui um escopo temporal um pouco mais largo, com o intuito de acompanhar os paradigmáticos processos conflitivos – como a *Guerra da Água*, de 2000, e o *Outubro Negro*, de 2003 – indo até a crise que desembocou na eleição histórica de Evo Morales à presidência, em 2005.

O quarto e último capítulo substancial faz uma análise do processo de re-nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, iniciado em maio de 2006. Mediante o contraste dos instrumentos jurídicos e políticos referentes a este processo (Constituição, leis ordinárias, decretos e contratos) com os contextos sociais e político-econômicos a que remetem, busca-se discutir como a nacionalização de Morales se relaciona com as dinâmicas envolvendo a permanência, a transfiguração e as tentativas de superação do neoliberalismo no

país. Por fim, a conclusão aponta para os dilemas encontrados por aqueles que se empenham em construir uma América Latina pós-neoliberal – um caminho necessário, sugerimos, a ser trilhado em direção a sociedades menos opressivas, em seus micro e macropoderes.

David Harvey (2005) demonstra-se apreensivo com as reações de caráter autoritário e neoconservador que têm sido produzidas em decorrência da destruição dos laços de solidariedade, concentração massiva de renda e ataque aos mecanismos de amparo social, frutos da *neoliberalização* das sociedades ocidentais. Tariq Ali (2008) afirma que, em contraposição ao impetuoso radicalismo *a-político* observado no mundo islâmico, na América Latina tem-se produzido respostas politicamente consistentes de caráter social-democrata, alternativas que buscam, segundo suas palavras,

novas possibilidades de discutir e determinar até que ponto é possível construir uma sociedade livre da pobreza, das bolhas e das crises, dos especuladores selvagens e das forças de mercado fora do controle que dominam a economia do mundo, ao mesmo tempo em que reforçam a democracia. (Ali, 2008, p.59).

Alvaro García Linera (2006) vai mais longe ao postular a *revolución democrática y cultural* em curso na Bolívia como o único exemplo sério e exitoso de transcendência do neoliberalismo em todo mundo. Tratam-se de cenários e prognósticos de considerável envergadura que, caso corretos ou portadores de alguma validade, implicam em reformulações teóricas e escolhas políticas críticas, pois dizem respeito a transformações importantes nas *estruturas históricas* neoliberais, quiçá sua tão aguardada superação. Vale a pena investigar.
